



Secretaria Judiciária  
TRE/AM

fls. \_\_\_\_\_

**Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas**

*Acórdão N. 046/2019*

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO CRIMINAL Nº 79-  
60.2017.6.04.0002 - CLASSE 31 - 2ª ZONA ELEITORAL -  
MANAUS**

**Relator** : Desembargador Abraham Peixoto Campos Filho  
**Embargante** : Sebastião Lucivaldo de Moraes Carril  
**Advogado** : João Bosco Lopes Maia Júnior - OAB/AM nº 8.107  
**Advogado** : Jorge Bruno de Menezes Maia - OAB/AM nº 8.637  
**Embargado** : Ministério Público Eleitoral

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE  
OMISSÃO. MATÉRIA NOVA. EMBARGOS  
REJEITADOS.**

1. Conforme firme jurisprudência desta Corte, a omissão a justificar embargos de declaração é aquela suscitada oportunamente pela parte e não apreciada na decisão embargada, sendo incabível embargos de declaração fundados em matéria nova.

2. Embargos de declaração rejeitados.



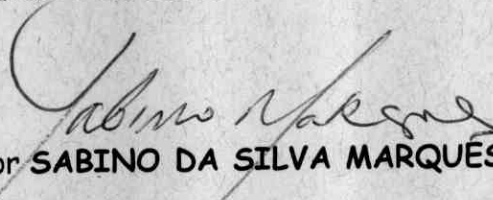
**Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas**  
ED-RC 79-60.2017.6.04.0002 - Classe 31

Secretaria Judiciária  
TRE/AM

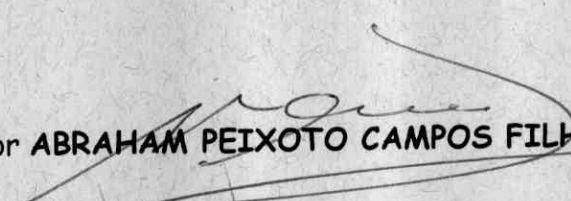
fls. \_\_\_\_\_

Acordam os desembargadores do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, por unanimidade, pela rejeição dos embargos de declaração.


Manaus, 9 de outubro de 2019.

  
Desembargador **SABINO DA SILVA MARQUÊS**

Presidente, em exercício

  
Desembargador **ABRAHAM PEIXOTO CAMPOS FILHO**

Relator

  
Doutor **ARMANDO CÉSAR MARQUES DE CASTRO**

Procurador Regional Eleitoral Substituto





## RELATÓRIO

Cuida-se de embargos de declaração (fls. 347-350), com pedido de efeitos infringentes, opostos por SEBASTIÃO LUCIVALDO MORAES CARRIL em face do acórdão deste Tribunal (fls. 328-343) que deu parcial provimento ao recurso criminal interposto pelo ora embargante, reduzindo a pena aplicada pelo juízo de primeira instância.

Aduz o embargante *"que o acórdão recorrido foi omissos em relação a consumação do delito de difamação. Não se observa no acórdão recorrido a demonstração do intento positivo e deliberado do recorrente em ofender a honra do ofendido (dolo específico), o denominado animus diffamandi"*.

Em contrarrazões (fls. 352-353), alega o Ministério Público Eleitoral, ora embargado, que:

Contudo, como é possível aferir dos autos, não houve nenhuma menção pelo recorrente ao argumento acima por ocasião de apresentação de sua apelação, ocorrendo verdadeiramente o fenômeno da preclusão em relação a este.

Como é sabido, os embargos de declaração têm como único objetivo integrar a decisão judicial que padece do vício supracitado. Entretanto, o presente recurso visa, em



sentido diverso, introduzir matéria nova, não ventilada anteriormente nos autos.

É o relatório.

### **VOTO**

De fato, a jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a omissão a justificar embargos de declaração é aquela suscitada oportunamente pela parte e não apreciada na decisão embargada, sendo incabível embargos de declaração fundados em matéria nova (Acórdão TRE-AM nº 658/2014, rel. Desembargador Marco Antonio Pinto da Costa, DJe de 18.11.2014; Acórdão TRE-AM nº 105/2018, da minha relatoria, DJe de 25.7.2018).

Na hipótese dos autos, conforme observa o embargado, a questão relativa ao dolo específico do crime de difamação constitui matéria nova, uma vez que não arguida anteriormente pelo embargante, não ensejando a oposição de embargos de declaração.

Pelo exposto, voto pela **rejeição dos embargos de declaração**, mantendo *in totum* o acórdão que deu parcial provimento ao recurso criminal interposto pelo embargante, reduzindo a pena aplicada pelo juízo de primeira instância, e que determinou a anotação da inelegibilidade no cadastro eleitoral do embargante.





**Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas**  
ED-RC 79-60.2017.6.04.0002 - Classe 31

Secretaria Judiciária

TRE/AM

fls. \_\_\_\_\_

É como voto.

Transitado em julgado, baixem os autos ao juízo de origem.

Manaus, 9 de outubro de 2019.

Desembargador **Abraham Peixoto Campos Filho**  
Relator